



Número: **0800277-97.2018.8.15.0441**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conde**

Última distribuição : **24/04/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA APARECIDA DOS SANTOS VALENTINO (AUTOR)		Rosangelo Xavier do Nascimento (ADVOGADO)	
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13884362	24/04/2018 15:31	Petição Inicial	Petição Inicial
13884441	24/04/2018 15:31	PETIÇÃO INICIAL MARIA APARECIDA DPVAT	Outros Documentos
13884456	24/04/2018 15:31	boletim de ocorrencia de maria aparecida.compressed	Outros Documentos
13884478	24/04/2018 15:31	certidão do hospital de maria aparedida	Outros Documentos
13884492	24/04/2018 15:31	certidao do samu de maria aparecida.compressed	Outros Documentos
13884503	24/04/2018 15:31	comprovante de endereço de maria aparecida	Outros Documentos
13884531	24/04/2018 15:31	documentos pessoais de maria aparecida	Outros Documentos
13884548	24/04/2018 15:31	ficha de admissão medica de maria aparecida-ilovepdf-compressed	Outros Documentos
13884561	24/04/2018 15:31	negativa administrativa de maria aparecida	Outros Documentos
13884595	24/04/2018 15:31	procuração de maria aparecida	Outros Documentos
13884615	24/04/2018 15:31	relatorio da cirurgia parte 1 de maria aparecida	Outros Documentos
13884635	24/04/2018 15:31	relatorio da cirurgia parte 2 de maria aparecida-ilovepdf-compressed	Outros Documentos
16435825	10/09/2018 07:53	Despacho	Despacho
24313924	11/09/2019 11:29	Expediente	Expediente

PETIÇÃO INICIAL



**Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de
Direito de uma das Varas Cíveis de João Pessoa-PB.**

RESOLUÇÃO 03/2013 DO TJ/PB – PERICÍCIA JUDICIAL PELA SEGURADORA

**MARIA APARECIDA DOS SANTOS
VALENTINO**, brasileira, solteira, do lar, residente e
domiciliado na Rua Margarida Alves Felix, Nº 377/A,
Jardim Recreio, Cidade de Conde/PB, com os seguintes
documentos RG. nº2055890 SSP-PB e CPF nº 029132134-
80, vem por meio de seus procuradores que esta
subscrevem, à presença de Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face da **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA
S/A**, com sede na Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 723, Bairro dos
Estados, CEP 58030-000, João Pessoa/PB, pelos motivos e fatos a seguir
expostos:

I – PRELIMINARMENTE

DA JUSTIÇA GRATUITA

1. Inicialmente, pugna o requerente a concessão dos
benefícios da Justiça Gratuita, nos exatos termos do art. 4º



da Lei 1.060/1950 e 5º, LXXIV, da Constituição Federal, por não ter condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo dos sustentos próprios ou de sua família, consoante comprova a inclusa declaração acostada aos autos (doc.).

2. É cediço, que a aludida afirmação, nos moldes dos dispositivos reportados, bem como na forma da jurisprudência pátria dominante, já é suficiente para o deferimento do pedido, conforme se pode observar na decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba a seguir, litteris: "Assistência judiciária – Afirmação de pobreza em requerimento da parte – Dispensa de outras provas. "Não é necessário, para a concessão do benefício da assistência judiciária, que a parte prove sua condição de necessitado. Basta a simples afirmação da sua pobreza, até prova e contrário". "Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública". (TJPB – 2ª Câmara Cível – Apelação Cível nº 1996.004267-6. Rel. Des. Antonio Elias de Queiroga – Data do Julgamento: 24/03/1997 – Publ. DJ:03/04/1997).

3. Assim, à luz das argumentações apresentadas, pugna o promovente que V.Exa. se digne em conceder a gratuidade judicial pleiteada.

II – DOS FATOS

4. A promovente, no dia 25/11/2016, foi vítima de acidente automobilístico, vindo a cair e sofrer lesões e fraturas.

5. Ato contínuo, a autora foi socorrido para o Complexo Hospitalar com fraturas, onde foi submetido a exames e procedimento cirúrgico.

6. No Laudo Traumatológico, emitido pela Unidade de Medicina e Odontologia Legal, do Instituto de Polícia



Científica, consta o Histórico de vítima de acidente de trânsito e os Quesitos que houve ferimento físico, do qual resultou DEBILIDADE PERMANENTE.

7. As lesões causadas ao demandante, Excelência, lhe diminuíram substancialmente as suas condições de trabalho. Em virtude das sequelas ocasionadas após o acidente, a autora não consegue realizar suas atividades cotidianas, o que lhe causa grande sofrimento.

8. Assim sendo, a demandante, munido da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida o pagamento da indenização do seguro por invalidez permanente, uma vez que esta empresa integra a FENASEG (Federação Nacional dos Seguros Privados e de Capitalização), órgão responsável pelo pagamento da indenização do seguro DPVAT.

III – DO DIREITO

9. A pretensão da autora encontra-se devidamente pacificada na legislação e jurisprudência pátria, consoante se observa adiante.

10. O seguro obrigatório – DPVAT -impõe o pagamento de prêmio aos proprietários de veículos automotores de via terrestre, garantindo, assim, às vítimas de acidentes, recebimento de indenização, quando da ocorrência de morte ou invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas e hospitalares, ainda que os responsáveis pelos danos causados não arquem com a reparação devida.

11. Conforme o dispositivo legal vigente na Lei nº 6.194/74 em seu art. 3º, II, o promovente tem direito a pleitear ao benefício do Seguro Obrigatório DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em caso de invalidez permanente, In verbis: “Art. 3º. Os danos



pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II -até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) -no caso de invalidez permanente.”

12. Como pode observar no Laudo Médico apresentado, as sequelas suportadas pela autora só se efetivaram em decorrência do acidente por ela sofrido, motivo pelo qual, levando-se em consideração o que dispõe a Lei nº 6.194/74, faz jus à indenização do seguro DPVAT.

13. Em conformidade com art. 5º da Lei 6.194/74, a indenização deverá ser paga mediante a comprovação do acidente e do dano causado, segundo o qual:

“Art. 5º . O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

14. Há de se observar que o dispositivo supracitado instituiu uma responsabilidade objetiva, adotando a teoria do risco integral para empresas participantes da Sociedade Seguradora (FENASEG).

15. No que tange à legitimidade passiva da ré, cumpre-nos esclarecer que o art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de



demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

16. A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

17. Neste norte, a Jurisprudência Pátria coaduna do mesmo posicionamento, in litteris:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

18. Quanto à legitimidade passiva, portanto, não resta nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

19. Ademais, note-se, Excelência, que a promovente acostou aos autos todos os documentos necessários à comprovação do acidente, assim como, os laudos médicos suficientes à evidenciar o dano por ele sofrido, cumprindo assim o que determina o art. 5º da Lei nº 6194/74, vejamos: “O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)



20. Acerca da matéria, a jurisprudência é elucidativa e milita em favor da pretensão exordial, como se pode observar adiante:

“CIVIL. ATROPELAMENTO. DEBILIDADE PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. 1 – PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO OMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICADO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DE DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E DO COMPROVANTE DO PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIO TÃO SOMENTE, A PROVA DO ACIDENTE E O DANO DELE DECORRENTE. 2– RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (Apelação Cível no Juizado Especial 20030110081655 ACJ DF. Ac. Nº 195640. Data de julgamento: 22/06/2004. Órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Relator: LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH)” CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRELIMINAR AFASTADA. DEBILIDADE PERMANENTE COMPROVADA. DIREITO À INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. -Não falta ao apelado interesse de agir pelo simples fato de não ter comprovado, quando do ajuizamento da ação, o requerimento previamente feito perante a esfera administrativa, mormente quando evidenciada a resistência oferecida pela seguradora. -Descabe falar em distinção entre invalidez e debilidade, já que o objetivo da norma é amparar as vítimas de acidente com veículos automotores pelos danos pessoais experimentados, de maneira que se a lei não faz



qualquer espécie de discriminação, não cabe ao intérprete fazê-la. -Recurso não provido. (20080910039219APC, Relator JOÃO MARIOSIA, 3ª Turma Cível, julgado em 03/02/2010, DJ 23/03/2010 p. 119) (...)

21. Infere-se, portanto, pelo ângulo que se olhe, a total subsistência da pretensão exordial, para que a indenização a ser fixada por esse juízo sirva de lenitivo ao autor, única forma existente de minimizar as agruras sofridas por ele.

VI – DO PEDIDO

22. EX POSITIS, requer a autora que V.Exa., após adotar as cautelas legais de estilo, se digne em:

a) CONCEDER-LHE o benefício da justiça gratuita, pelos motivos indicados preambularmente.

b) DETERMINAR a citação do promovido, a fim de que o mesmo, querendo, apresente defesa, no prazo assinalado em lei, sob pena de confissão e revelia;

c) JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pelo autor para condenar o promovido a pagar a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente a indenização por invalidez permanente, a qual deverá ser corrigida até a data do efetivo pagamento.

23. Por fim, protesta a autora, e de logo requer, a produção de todos os gêneros de provas admitidas em direito, especialmente, o depoimento pessoal do representante legal do promovido, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos, etc...

24. Dá-se à causa, para os efeitos fiscais, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



Nestes termos,
Pede DEFERIMENTO.

João Pessoa, 24 de abril de 2018.

ROSÂNGELO XAVIER DO NASCIMENTO
OAB / PE 15.877 –

MAILTON BEZERRA DE FARIAS
OAB/PB 19.312





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA
Nº: 1313/2017**

Aos (11) de Outubro de 2017, nesta cidade, na delegacia do Conde -PB, onde presente encontrava o(a) Exmo(a) **FRANCISCO MARINHO DE MELO**, Delegado de Polícia Civil, comigo escrivão AD HOC de seu cargo, por volta das 09h32min;

COMUNICANTE: MARIA APARECIDA DOS SANTOS VALENTINO
CPF: 029.132.134-80 **RG:** 2.055.890 SSDS/PB
NACIONALIDADE: Brasileira **NATURALIDADE:** Araruna/PB
ESTADO CIVIL: casada
DATA DE NASCIMENTO: 06/03/1978 **Profissão:** Auxiliar de Cozinha
FILIAÇÃO: Manoel Taveira dos Santos Filho e Creuza Lucas de Melo Santos
ENDEREÇO: Rua Margarida Alves Félix, Nº 377/A, Jardim Recreio, Conde/PB
TELEFONE: 83 9 86334683

OCORRÊNCIA: Afirma a **NOTICIANTE** QUE na data de 25/11/2016, por volta das 18:50h estava descendo do ônibus, na localidade da Pousada do Conde, próximo ao posto de gasolina, quando decidiu atravessar a BR 101 no KM 96. Que, ao chegar ao meio da pista de rolamento foi atropelada por um veículo não identificado. Que a noticiante foi atendida pelo SAMU e encaminhada ao Complexo Hospitalar Tarcício Burity (Ortopedia de Mangabeira). Que a noticiante deu entrada às 19h56 min no hospital supracitado na data de 25/11/2016, apresentando trauma no antebraço esquerdo e após ser submetida a procedimento cirúrgico teve alta realizada no dia 03/12/2016. **Que Ciente das sanções Cíveis e criminais as quais estará sujeito quanto aqui declarou não porte estritamente a verdade. Era o que tinha a Registrar.**

Conde, 11 de outubro de 2017.

Notificante: Maria Aparecida dos Santos Valentino

Policial
Registrador: _____

Gisely Sabino Silva
Agente de Investigação
Mat.: 183.920-8





CERTIDÃO

Nº. 0761/2017

Atendendo solicitação de ROSÂNGELA XAVIER DO NASCIMENTO e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº 908251 e Prontuário Nº 2016.11.002435 pertencentes a **MARIA APARECIDA DOS SANTOS VALENTINO** que foi atendida dia 25/11/2016 às 19h56min, vítima de atropelamento por carro, apresentando trauma em antebraço esquerdo.

Submetida a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura dos ossos do antebraço esquerdo. Procedimento cirúrgico realizado no dia 02/12/2016. Alta dia 03/12/2016.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 12 de Junho de 2017


Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 2959



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 708/095, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1513189, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **MARIA APARECIDA DOS SANTOS VALENTINO** idade 38 anos, vítima de Acidente de Trânsito (Atropelamento p/ carro) no dia 25/11/2016, na BR 101 km 96, Bairro: rodovia - Conde - aproximadamente às 18:50 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Complexo Hospitalar Tarcisio Burity (Ortotrauma - Mangabeira).

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 01 de Setembro de 2017.

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico

SAMU 192 JP

Jefferson da Rocha Augusto

Matrícula: 67.155-6

Coordenação do SAME

SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125



5400-9

25/10/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

30203511115

insc. Est.

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 21/09/2018 PAGAS
OBRIGADO!

Histórico de Consumo (kWh)

Agosto	83
Julio	57
Junio	48
Mayo	48
Abril	85
Marzo	82
Febrero	58
Enero	58
Diciembre	52
Noviembre	50
Octubre	52
Septiembre	51

Média dos últimos meses
55 kWh

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
04/08/16	7513	26/09/16	7597	1	84	33

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30	3,16008	4,50
Consumo - 31 a 100kWh-BR	54	0,36729	13,89
Subsidio ICMS			18,42
PIS			12,91
COFINS			0,34
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA			1,88
JUROS DE MORA 08/2016			0,04
MULTA 08/2016			0,46
Devolução Subsidio			-18,42

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	51,85	25,00	12,91
PIS	51,85	0,6596	0,34
COFINS	51,85	3,0741	1,58

VENCIMENTO

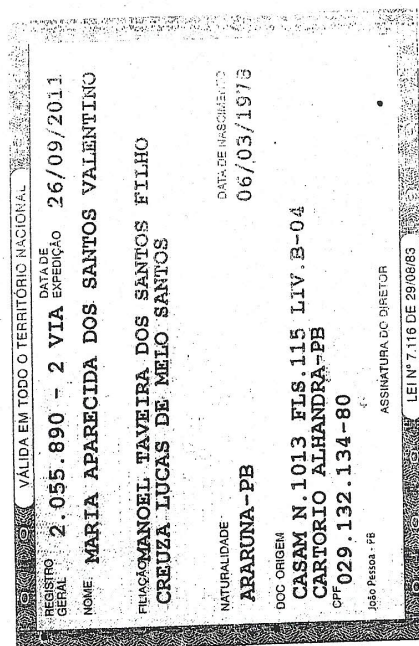
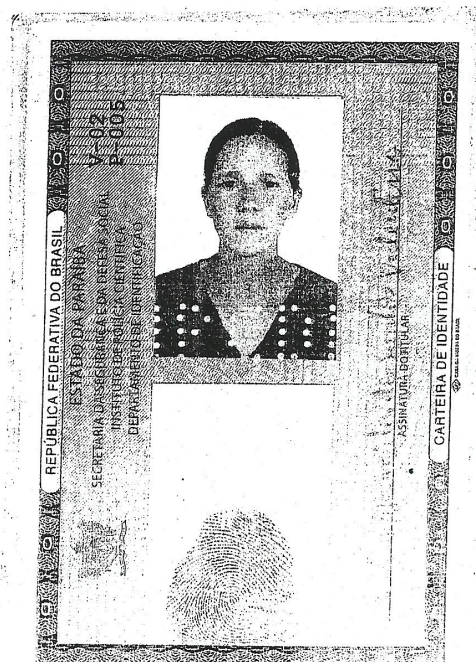
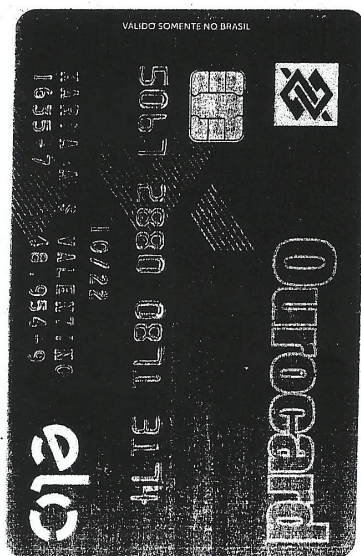
TOTAL A PAGAR

03/10/2016

R\$ 43,40

c297.43db.19bf.fe59.2a39.61dc.f4c4.0dd7.







FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: <u>Maria Aparecida dos Santos</u>		Data da Admissão: <u>25.11.16</u>	
Prontuário: _____	Idade: <u>38</u>	Enfermaria: _____	Leito: _____
Nome da Mãe: _____		Bairro: _____	
Endereço: _____		Profissão: _____	
Cidade: _____	Estado: _____	Fone: _____	Religião: _____
Sexo: F (<input checked="" type="checkbox"/>) M ()	Cor: _____	Estado Civil: _____	Data de Nascimento: <u>1/1/</u>
Escolaridade: _____		Data de Nascimento: <u>1/1/</u>	
JPD: _____			
HDA: <u>Externa de origem de outubro</u> <u>Paciente vítima de acidente automobilístico (atropelamento)</u> <u>consciente, orientada, sem perda de consciência, apresentando fratura</u> <u>feita de ulna e rádio do MMS Esquerda.</u>			
Medicações em uso: _____			
Interrogatório Sintomatológico:			
[] Febre [] Astenia [] Anorexia [] Perda de Peso _____ Kg em _____ [] Prurido [] Sudorese			
[] Calafrios [] Alopecia [] Adenomegalias [] Icterícia [] Tonturas [] Outros: _____			
Pele: _____			
Cabeça e Pescoço: [] Cefaléia [] Espirros [] Rinorréia [] Obstrução Nasal [] Epistaxe			
[] Dor de Garganta [] Bócio [] Rouquidão [] Disfagia Audição: _____ Visão: _____			
AR e ACV: [] Dor _____ [] Tosse [] Expectoração [] Hemoptise			
[] Dispneia [] Palpitações [] Desmaio [] Cianose [] Edema _____ Outros: _____			
ABD: [] Dor _____ [] Pirose [] Solução [] Regurgitação [] Hematêmese [] Náuseas			
[] Vômitos [] Dispepsia [] Diarréia [] Melena [] Enterorragia [] Constipação [] Aumento de volume			
AGU: [] Disúria [] Incontinência [] Retenção [] Poliúria [] Oligúria [] Noctúria [] Hematúria			
[] Mal Cheiro [] Corrimento [] Outras: _____			
SME: [] Dor _____ [] Rigidez pós-reposso [] Deformidades			
[] Artralgia [] Calor [] Rubor [] Edema [] Crepitação [] Fraqueza [] Atrofia [] Espasmos			
SN e PSQ: [] Insônia [] Sonolência [] Convulsões [] Motricidade e Sensibilidade _____			
[] Amnésia [] Libido [] Humor _____			

Dr. José Rodriguez Zomilla
Cirurgião do Joelho
CRM - 9390



Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **MARIA APARECIDA DOS SANTOS VALENTINO**

Nº Sinistro: **3170583341**

Vítima: **MARIA APARECIDA DOS SANTOS VALENTINO**

Data do Acidente: **25/11/2016**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **ROSANGELO XAVIER DO NASCIMENTO**

Assunto: **NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3170583341**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **25/11/2016**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site www.seguradoralider.com.br, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00621/00622 - carta_04 - INVALIDEZ



0000311

Carta nº 12163288



PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE: Maria Aparecida dos Santos Valentino, brasileira,
casada, Auxiliar de Cozinha, residente a Rua Margarida
Alves, Felix, nº 377/A - Jardim Recreio- Conde - PB;
RG nº 2.055.890-5 SDS/PB; CPF nº 029.132.134-80

Pelo presente instrumento de procuração ao final assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador os bacharéis MAILTON BEZERRA DE FARIAS OAB/PB 19312, ROSANGELO XAVIER DO NASCIMENTO OAB. 15.877/PE, com escritório na Rua Maciel Pinheiro, 405, 1º andar, varadouro, João Pessoa-PB, a quem confere amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com a cláusula "ad - judicia" et extra a fim de que agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e os direitos do outorgante perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente e defendendo-a quando for ré, interessada ou requerida, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber qualquer valor e dar quitação, inclusive alvarás, confessar, prestar declarações, receber citação, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe(s) convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

DECLARAÇÃO : O (a)(s) outorgante declara (m) para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes á presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seu advogado o outorgado acima nomeado, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei nº 1060 de 1950 e da Lei nº 7,115/83.



João Pessoa, 23 / 11 / 2017



X ASS Maria Aparecida dos Santos Valentino

outorgante





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <u>Maria Aparecida da Silva</u>		Registro: _____	
Idade: _____	Sexo: _____	Cor: _____	Clinica: _____
EMP: _____	LR: _____		
Data: <u>02/12/16</u>	Cirurgião: <u>Dr. Douglas</u>	1º Assistente: <u>Dr. Roderico</u>	
2º Assistente: <u>Dr. Roderico</u>	3º Assistente: _____	Instrumentador: _____	
Anestesista: _____	Tipo Anestesia: _____	Horário: I: _____ T: _____	
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO		CID	
<u>Fratura de corpo de antebraço (E)</u>			
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO		CID	
<u>Obs: O fraco da fratura de T.N. 8.0</u>			
<u>Seletivo do tratamento cirúrgico.</u>			
<u>Fratura do antebraço (E)</u>			
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)		CÓDIGO	
<u>Tratamento cirúrgico</u>			
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 () Sim 2 () Não		Descreva: _____	
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 () Não			
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico: 1 () Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico			

Vistos, etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Cite-se com as cautelas legais.

Diligências necessárias.

Cumpra-se.

DATADO E ASSINADO:



Vistos, etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Cite-se com as cautelas legais.

Diligências necessárias.

Cumpra-se.

DATADO E ASSINADO:

